

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.222 - PR (2019/0162190-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : AA & P CONSULTORIA LTDA
AGRAVANTE : MERITUM CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA
ADVOGADOS : FLÁVIO LUIZ FONSECA NUNES RIBEIRO E OUTRO(S) - PR008865
LAURA ISABEL NOGAROLLI - PR037001
AGRAVADO : ALCEU RIBEIRO
AGRAVADO : LOTÁRIO ASSUNÇÃO RIBEIRO
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR056312

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto pela AA & P CONSULTORIA LTDA E OUTRA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO, CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO, EMBARGOS À EXECUÇÃO E AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE C/C ANULATÓRIA DE TÍTULOS DE CRÉDITO. CONEXÃO. NOTAS PROMISSÓRIAS VINCULADAS À CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA VENDA DE EMPRESA. COMISSÃO DE INTERMEDIÇÃO VINCULADA AO EFETIVO PAGAMENTO DAS QUOTAS SOCIAIS. RENEGOCIAÇÃO DO DÉBITO. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. EFICÁCIA PERANTE O PRESTADOR DE SERVIÇOS, INDEPENDENTEMENTE DE SUA ANUÊNCIA. VINCULAÇÃO DA REMUNERAÇÃO AO EFETIVO PAGAMENTO DA COMPRA E VENDA. INEXIGIBILIDADE DOS TÍTULOS RECONHECIDA NA AÇÃO DECLARATÓRIA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO. SUCUMBÊNCIA.

1. Considerando a vinculação das notas promissórias ao contrato de prestação de serviços para a intermediação da compra e venda da empresa e, tendo em vista a renegociação do débito, com alteração das condições de pagamento, foi declarada a inexigibilidade dos referidos títulos na ação declaratória, razão pela qual impõe-se julgar procedente a ação de consignação.

2. Diante da procedência da ação de consignação, impõe-se condenar os requeridos ao pagamento integral das verbas de sucumbência.

APELAÇÃO PROVIDA. (fl. 296)

Nas razões do recurso especial, as agravantes apontam violação aos arts. 427 e 725 do CC/02; e 1.022 do NCPC, sustentando, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, fazerem jus ao recebimento da comissão de corretagem, bem como *que o aditivo não pode valer contra os recorrentes, já que dele não participaram, e, portanto, as alterações realizadas não interferem no seu direito.*

É o relatório.

Decido.

A irresignação não procede.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2.015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Além disso, no que tange à tese de fazerem jus ao recebimento da comissão de corretagem, bem como que o aditivo contratual não pode valer em face das recorrentes, já que dele não participaram, concluiu a Corte de origem, *in verbis*:

Da análise do contrato de prestação de serviços é possível concluir que o recebimento do percentual de 5% do valor nominal da venda da empresa se encontra vinculado ao efetivo pagamento das parcelas estabelecidas na compra e venda das quotas sociais. Note-se que há no referido contrato vinculação do pagamento da comissão à quitação das parcelas, não sendo possível concluir que a remuneração é devida apenas em decorrência da conclusão do negócio, conforme alegado pelos requeridos.

Ocorre que diante da expressa pactuação de que a quantia a ser recebida pela prestação de serviços de intermediação na venda seria proporcional ao pagamento da venda da empresa, os

requeridos assumiram o risco do negócio, na medida em que a comissão semente seria paga com o efetivo pagamento da compra das quotas sociais.

*E, como já dito, **não há como concluir que o percentual de 5% seria devido apenas com o fechamento da compra e venda da empresa**, isso porque inexistente qualquer disposição contratual nesse sentido. Ao contrário, restou pactuado que o referido pagamento seria feito de forma proporcional ao pagamento da venda da empresa.*

Logo, é evidente que a alteração das condições de pagamento da compra e venda realizada após a celebração do contrato de prestação de serviços é capaz de afetar os termos de pagamento da comissão, independente da anuência dos requeridos.

Covém salientar que não há ressalva no contrato de prestação de serviços, acerca da necessidade de anuência dos requeridos para eventual renegociação das condições estabelecidas na compra e venda, a qual, inclusive, só depende da manifestação do comprador e do devedor para ter eficácia.

Assim, considerando o atrelamento da remuneração pela consultoria prestada ao efetivo pagamento da compra e venda e, diante da ausência de ressalva quanto a essa vinculação, o termo aditivo, firmado entre vendedores e compradores, que alterou as condições de pagamento afeta diretamente a forma de pagamento da remuneração pelos serviços prestados, independentemente de anuência dos requeridos.

Logo, tendo em vista as alterações dos valores e o dos vencimentos das parcelas referentes à compra das quotas sociais da empresa (termo aditivo), resta modificado o valor da prestação dos serviços de intermediação (contrato de prestação de serviços), razão pela qual é de se declarar a inexigibilidade das notas promissórias emitidas antes da renegociação, eis que a intermediação sofreu alteração e o valor dos respectivos serviços devem ser reajustados aos novos termos estabelecidos, em razão da vinculação do valor da remuneração ao efetivo pagamento pelo comprador.

Entretanto, o percentual (5%) devido pela intermediação da venda da empresa está diretamente relacionado ao efetivo pagamento pelo comprador, nos termos ajustados. E, tendo em vista o inadimplemento do comprador, mesmo após a renegociação, a partir de 2010, o que motivou inclusive o ajuizamento de execução (nº. 0028432-59.2010.8.16.0001) contra ele, não há como ser mantida a exigibilidade dos títulos inicialmente emitidos. (fl. 300)

Assim, infirmar a conclusão do Tribunal estadual, como ora postulado,

Superior Tribunal de Justiça

exigiria, indubitavelmente, o revolvimento fático-probatório dos autos, além da necessidade de interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 10% sobre o valor atualizado da causa para 11% sobre o respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator